

COMO A 6ª CDC CONVERSA COM A AGENDA 2030 E A NOVA AGENDA URBANA

Bilhões de pessoas nas cidades sofrem por não terem acesso a serviços e direitos básicos. Acessar serviços urbanos básicos, ter moradia digna, obter respeito e valorização dos direitos humanos na cidade são problemas de longo tempo reconhecidos, que historicamente justificam revisões de políticas e agendas internacionais e nacionais sobre o território. Fóruns mundiais como a Habitat, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou as Conferências do Clima debatem esses temas e trazem em sua essência a melhoria das condições das cidades no futuro, considerando-se importante ampliar a conscientização em torno dessas Agendas em busca de um Desenvolvimento mais Sustentável.

O Tema da 6ª Conferência Nacional das Cidades “Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana” e o Lema “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas” adotados na 6ª Conferência Distrital das Cidades - CDC junto aos subtemas: **Cidade Digna, Cidade Solidária, Cidade Sustentável e Cidade dinâmica** possuem grande aderência a diversos pontos abordados por algumas dessas agendas internacionais como a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana.

Em setembro de 2015, 193 Estados-membros da ONU aprovaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/70/L.1), que estabelece metas para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, reconhecendo a erradicação da pobreza como o maior dos desafios. A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, associados a 169 metas que por sua vez podem ser medidas por um total de 304 indicadores. Os 17 Objetivos são o núcleo da Agenda e mesclam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Projetam uma série de compromissos e metas a serem cumpridas pelos governos, sociedade civil, setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 mais sustentável.

Os 17 ODS são:

1. **erradicação da pobreza:** acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares;
2. **fome zero e agricultura sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. **saúde e bem-estar:** assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

4. **educação de qualidade:** assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. **igualdade de gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. **água potável e saneamento:** assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. **energia acessível e limpa:** assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. **trabalho decente e crescimento econômico:** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos;
9. **indústria, inovação e infraestrutura:** construir infraestrutura resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. **redução das desigualdades:** reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. **idades e comunidades sustentáveis:** tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. **consumo e produção responsáveis:** assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. **ação contra a mudança global do clima:** tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. **vida na água:** conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. **vida terrestre:** proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda;
16. **paz, justiça e instituições eficazes:** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. **parcerias e meios de implementação:** fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os ODS são interconectados entre si, uma vez que muitas das questões que abordam são transversais. A questão urbana, foco da 6ªCDC, é representada principalmente pela ODS 11, que se sobrepõem a várias outras questões de grande vulto abordadas mais diretamente por outros ODS, como a questão ambiental e dos direitos humanos. As metas específicas da ODS 11 evidenciam essa transversalidade ressaltando temas relacionados ao saneamento, energia acessível, saúde, bem-estar, igualdade social, igualdade de gênero, ações contra mudança do clima, entre outros:

- 11.1 garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
- 11.2 proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
- 11.3 aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países;
- 11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- 11.5 reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 11.6 reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- 11.7 proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Já a Nova Agenda Urbana, documento resultante da Conferência Habitat III que aconteceu em 2016, em Quito, e reuniu chefes de governo, ministros e altos representantes nacionais, subnacionais e locais, organizações da sociedade civil, comunidades autóctones, setor privado, profissionais e comunidade científica, procura orientar especificamente as políticas urbanas para os próximos 20 anos e compromete-se a trabalhar a mudança do paradigma urbano e a reafirmar o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, coordenado e integrado a nível global, adotando também a Agenda 2030. O documento da Nova Agenda Urbana foi construído a partir de várias rodadas de debates que tiveram início em 2014 e possuíram como base textos referentes à seis questões específicas:

1. **coesão social e equidade – cidades humanas:** que inclui as questões do direito à cidade, da inclusão social de grupos minorizados, migração e refugiados em áreas urbanas, segurança, cultura e patrimônio;
2. **estruturas urbanas:** que inclui questões de legislações e regulamentos, políticas nacionais, governança, capacitação, desenvolvimento institucional e finanças municipais;



cidade digna



cidade solidária



cidade sustentável



cidade dinâmica

3. **desenvolvimento espacial:** que inclui questões do planejamento e projeto urbano e territorial, mercado de terra urbana, segregação, ligações entre o rural e o urbano e espaços públicos;
4. **economia urbana:** que inclui temas do desenvolvimento econômico local, sustento e empregos formais e informais;
5. **ecologia urbana e meio ambiente:** que inclui questões da resiliência urbana, ecossistemas urbanos, gestão de recursos naturais, mudanças climáticas e gestão de riscos e desastres
6. **habitação e serviços básicos:** que inclui questões da infraestrutura básica de saneamento e energia, transporte e mobilidade, habitação, tecnologia e informalidade fundiária.

O documento final da Nova Agenda Urbana possui 175 itens que abordam a visão de cidade que se deseja, princípios e compromissos de mudança do paradigma urbano, apelos para a ação, compromissos transformadores para o desenvolvimento urbano sustentável, medidas para implementação efetiva e para o acompanhamento e revisão. Como visão compartilhada da cidade, o documento coloca a cidade como um bem para todos, que exerça sua função social, seja participativa, reduza as desigualdades, tenha um crescimento econômico contínuo, inclusivo e sustentável, exerça suas funções territoriais, fortaleça a resiliência e proteja, conserve e restaure os seus ecossistemas.

Como compromisso de mudança de paradigma urbano, no sentido de mudar o modo como planejamos, financiamos e administramos as cidades, o documento coloca a importância do reconhecimento do papel dos governos nacionais para definição e implementação de políticas urbanas; promoção da cooperação entre todos os níveis de governo e diversos atores; reforço da governança com instituições sólidas e mecanismos que empoderem e incluam atores diversos; revigoramento do planejamento e desenho urbano e territorial integrado e de longo prazo a fim de otimizar a forma urbana e transmitir os resultados positivos da urbanização; e apoio à contextos financeiros eficientes, inovadores e sustentáveis.

Ainda, os líderes envolvidos no processo se comprometem em prover serviços básicos à todos os cidadãos, assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades igualitárias e não enfrentem discriminação, promovam medidas para tornar as cidades menos poluídas, fortaleçam a resiliência e reduzam os riscos e impactos de desastres, reduzam a emissão de gases do efeito estufa, respeitem os direitos de refugiados e migrantes, melhorem a conectividade, deem suporte a iniciativas verdes inovadoras e promovam espaços públicos seguros, acessíveis e verdes.

Os textos de referência do Tema, Lema e Linhas Temáticas da 6ªCDC pautam os debates das diferentes etapas da Conferência e possuem grande concordância com as questões apontadas pela Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana. Sendo assim, convidamos a todas e todos a considerar a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana nos debates da 6ªCDC para pensarem em conjunto o que é necessário para um desenvolvimento sustentável e humano das nossas cidades e pautar a Política Distrital e Nacional de Desenvolvimento Urbano.

